



ISSN 2359-5051

# **Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ**

**Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar  
de Professores**

## **INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO SISTEMA DE ENSINO REGULAR**

### **INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER IN THE REGULAR EDUCATION SYSTEM**

Sheila Oliveira da Silva Clemente

Rita de Fátima da Silva

#### **RESUMO**

A inclusão assertiva do aluno com Transtorno do Espectro Autista traz impactos positivos aos alunos e professores, modulando o ambiente de aprendizagem. O presente estudo objetivou refletir sobre o processo de inclusão do aluno autista no sistema de ensino regular, destacando os principais desafios enfrentados por esse público desde o momento da matrícula, até o momento em que se dá, de fato, a inclusão, adaptação e permanência na escola. Dessa forma, busca-se compreender os muitos desafios e as oportunidades que envolvem a inclusão do aluno com autismo, bem como as metodologias voltadas para sua devida permanência nos ambientes escolares. Foi utilizado como metodologia a revisão sistemática de literatura, utilizando-se de artigos publicados nas bases de dados Google Acadêmico e SciELO, obedecendo os critérios de exclusão e inclusão pré-estabelecidos. No decurso do estudo, foi percebido que as barreiras, as resitências, a falta de qualificação profissional, a falta de estrutura nas escolas, são desafios reais enfrentados pelos alunos e famílias atípicas. Conclui-se então, que a inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista no sistema regular de ensino é uma responsabilidade conjunta que depende da participação do Estado, da escola, da sociedade e da família e essa parceria precisa ser constante, já que aluno com Transtorno do Espectro Autista necessita de

<sup>1</sup>Trabalho Final de Curso de Especialização em Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas na Inclusão na Diversidade Cultural da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus Aquidauana, sob a Orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dra.: Rita de Fátima da Silva.

<sup>2</sup> Discente do Curso de Especialização em Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas na Inclusão na Diversidade Cultural da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sheilaosclemente@gmail.com

<sup>3</sup>Graduada em Pedagogia e Educação Física, mestre e doutora. Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus Aquidauana. Coordenadora do Grupo de estudo e Pesquisa em Acessibilidade – GEPA e do Laboratório de Ações Docentes Inclusivas – LABAC, rita.fatima@ufms.br.



suporte inclusivo em todas as etapas da sua vida acadêmica.

**Palavras-chave:** Autismo, Inclusão, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Escola.

## ABSTRACT

The assertive inclusion of students with Autism Spectrum Disorder has a positive impact on students and teachers, modulating the learning environment. The aim of this study was to reflect on the process of including autistic students in the mainstream education system, highlighting the main challenges faced by this group from the moment they are enrolled until they are actually included, adapted and remain in school. In this way, the aim is to understand the many challenges and opportunities involved in including students with autism, as well as the methodologies aimed at ensuring that they remain in school. The methodology used was a systematic literature review, using articles published in the Google Scholar and SciELO databases, in accordance with the pre-established exclusion and inclusion criteria. In the course of the study, it was realized that barriers, resistance, lack of professional qualifications, lack of structure in schools are challenges faced by atypical students and families. It can therefore be concluded that the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder in the mainstream education system is a joint responsibility that depends on the participation of the state, the school, society and the family, and this partnership needs to be constant, since students with Autism Spectrum Disorder need inclusive support at all stages of their academic life.

**Keywords:** Autism, Inclusion, Autism Spectrum Disorder, School

## 1. INTRODUÇÃO

A inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no sistema de ensino regular tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro, visto que, até 27 de dezembro de 2012, com a sanção da Lei nº 12.764, também conhecida como Lei Berenice Piana, a pessoa com autismo não era considerada pessoa com deficiência, logo, as escolas se desresponsabilizavam tanto em matricular quanto em pensar em práticas pedagógicas para inclusão, permanência e escolarização desse público. Esta lei reconhece o Transtorno do Espectro Autista (TEA) como deficiência para todos os efeitos legais considerando então, que o aluno com TEA, passa a ter todos os direitos de uma pessoa com deficiência e incluindo o direito a educação.

Sabe-se que a ausência generalizada da inclusão priva o aluno atípico da equidade na educação, isto é, desfrutar de seus direitos visando suas necessidades de desenvolvimento acadêmico, social e comportamental. Além disso, a deficiência na inclusão influencia o desenvolvimento social dos alunos neurotípicos, pois a inclusão torna o ambiente escolar mais reflexivo e plural, desenvolvendo uma cultura de respeito, empatia e solidariedade nas escolas. O contato com pessoas com diferentes habilidades promove a todos os envolvidos no ambiente escolar uma compreensão



mais coesa da diversidade humana, o que contribui para formação de cidadãos conscientes, trazendo assim respostas positivas e transformadoras para educação, afinal, uma escola inclusiva é um agente potente no desenvolvimento educacional de todos os alunos (MELO.p.18, 2016).

Ressalta-se aqui que, educação inclusiva não diz respeito somente a pessoa com deficiência, mas visa atender todos os grupos minoritários inseridos dentro do sistema educacional, inclusive o aluno com TEA, que é o foco dessa pesquisa. Sabe-se que a inclusão é um dos pilares fundamentais para que a sociedade avance de maneira justa e equitativa e entre as muitas demandas que a inclusão aborda, destaca-se neste artigo entender por meio de pesquisas e manuscritos que discorrem sobre o tema da inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas práticas educativas escolares.

Apesar de almejada, a inclusão ainda enfrenta diversas barreiras no contexto educacional, considerando a sua bagagem histórica marcada pela incompreensão e preconceito. Ao longo dos anos, no Brasil, houve uma revolução na inclusão, entretanto, o início desse entrave deu-se pela desconstrução dos pré-conceitos em torno da deficiência. O estabelecimento da educação inclusiva no Brasil, é ainda considerada recente, visto que, até a década de 70/80 não se considerava possibilidade de uma pessoa com deficiência desenvolver-se educacionalmente. A compreensão e definição do autismo é ainda mais recente, já que a sua primeira classificação surgiu por volta da década de 40, quando o psiquiatra Leo Kanner ao perceber o comportamento atípico de um grupo seleto de 11 crianças, deu início às pesquisas atentando-se para o comportamento das tais, reunindo assim, sinais clínicos específicos e diferenciando essas percepções dos demais transtornos psiquiátricos estudados por ele até então. Desta forma, Kanner (1943) fez uma relevante publicação sobre essa temática, a nomeando como “isolamento autístico”. Assim o transtorno ficou conhecido como Autismo Infantil, termo que foi se modificando de acordo com o avanço das pesquisas e descobertas inerentes ao TEA. As menções e pontos de vista de Kanner sobre o autismo ganharam destaque e deram o pontapé inicial para que outros pesquisadores como Michael Rutter (1978); Lorna Wing (1981) e outros contemporâneos que partem dos mesmos pressupostos de Kanner, discordando ou não, buscassem entender e esclarecer as indagações que envolvem o transtorno até os dias de hoje.

A compreensão em torno do Espectro Autista passa pela barreira do diagnóstico, visto que o Transtorno apresenta uma vasta variação no que diz respeito ao seu conjunto de sintomas, inclusive em graus de dificuldade e habilidades que são notados por meios comportamentais como: estereotípias (movimentos aleatórios); hiperfoco (interesse exacerbado em um único objeto ou assunto); fala comprometida ou forma atípica de se comunicar, apego a rotinas diárias, entre tantas outras como apontadas no DSM-5. A despadronização no comportamento atípico, apesar de ser possível identificar semelhanças, é o que o alterou a nomenclatura que passou por “isolamento autístico”, “Síndrome de



Asperger” para o então conhecido “Transtorno do Espectro Autista”.

Até o final de 2001 o Transtorno do Espectro Autista –TEA, tinha sua Classificação Internacional de Doenças – CID, sendo classificado como CID-10, código F-84, que é a classificação geral de Transtornos Globais do Desenvolvimento – TGD.

O DSM-5, que é o principal manual de orientação para profissionais da área da saúde a cerca dos transtornos mentais, que antes classificava o autismo em várias categorias, atualmente o classifica como Transtorno do Espectro Autista – TEA, onde é especificado de acordo com o nível de suporte, á saber, Nível de suporte 1, 2 e 3. Essa organização permite a identificação dos casos de TEA como leves, moderados e graves, permitindo assim que o suporte necessário para cada caso, seja individualizado.

Essa reformulação diagnóstica, fez com que o TEA fosse ganhando seu espaço mundialmente e passou a ser considerado como um espectro e não um transtorno a ser tratado de uma única forma.

Além de ganhar reconhecimento na esfera da saúde, o TEA, que antes não era reconhecido como deficiência, alcançou maior espaço, compreensão e respeito, após a sanção da Lei nº 12.764/2012, mais conhecida com Lei Berenice Piana, que reconhece o Transtorno do Espectro Autista como deficiência, assim a pessoa autista passa a ter todos os direitos legais disponíveis para pessoas com deficiência. A Lei Berenice Piana, foi um divisor de águas na realidade da pessoa autista, promovendo conscientização, políticas públicas, quebra de barreiras e qualidade de vida para a pessoa autista e suas famílias.

A validação de uma lei abre caminhos possibilitando novos rumos, contudo ainda é necessário muito trabalho para que o indivíduo com TEA vença as barreiras atitudinais presentes na sociedade inclusive nas escolas, que é o lugar onde deve ser provocado no aluno o sentimento de pertencimento, onde o mesmo deve se sentir acolhido, compreendido e não excluído.

## **2. METODOLOGIA**

### **2.1 Tipo de Pesquisa**

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com foco na Revisão Sistemática de Literatura, tendo como principal objetivo analisar as produções científicas de artigos, disponíveis sobre a temática "autismo", "inclusão" e "escola". A busca dos artigos foi realizada nas bases de dados Google Acadêmico e SciELO, duas das principais fontes de literatura acadêmica que oferecem acesso a publicações científicas relevantes. Para obter uma precisão eficiente, a pesquisa seguiu as etapas de seleção das bases de dados, definição das palavras-chaves, estratégia de busca, critérios de inclusão e exclusão e análise dos dados obtidos.



## 2.2 Técnica de Coleta de dados

A escolha das bases de dados se estabeleceu devido a confiabilidade, diversidade, relevância e abrangência de publicações acadêmicas e científicas presentes no Google Acadêmico e SciELO, que são importantes bases de dados para o contexto educacional e inclusivo. As palavras-chave utilizadas na pesquisa foram “autismo”, “inclusão”, “transtorno do espectro autista” e “escola”. A escolha das palavras-chave para a pesquisa bibliográfica foi pensada estrategicamente para limitar e restringir o resultado das produções científicas à inclusão de pessoas autistas ao sistema regular de ensino, uma vez que esse é o objetivo do presente trabalho. Além disso, optou-se por incluir as duas nomenclaturas do transtorno como estratégia para abranger quantitativa e qualitativamente potenciais produções para a pesquisa.

A estratégia de busca dispôs das diferentes combinações das palavras-chave utilizando os operadores booleanos como “E” e “OU” (*and; or*) de modo a ampliar ou restringir os resultados de acordo com a necessidade. A busca foi realizada no período de agosto de 2024 a janeiro de 2025, de modo que a análise da visão e experiência educacional no campo da inclusão de alunos com autismo fosse detalhada e eficiente.

Para a seleção de produções relevantes para o trabalho, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão, visando elencar pesquisas relativamente atuais, restritas ao campo educacional inclusivo no ensino regular e ricas em experiências. Foram incluídos artigos acadêmicos, teses e dissertações escritos na língua portuguesa, produzidos nos últimos 10 anos (2014 – 2024), com acesso e disponíveis nas duas bases de dados citadas e que abordassem de forma explícita a relação entre o transtorno do espectro autista e as práticas escolares no ensino regular. Foram excluídos artigos que não abordavam a inclusão de alunos autistas no ensino regular, publicações em idiomas distintos do português e estudos que não estavam disponíveis na íntegra para leitura.

Após a coleta, os artigos selecionados foram analisados qualitativamente, sendo categorizados conforme suas abordagens teóricas, metodológicas e os principais achados sobre as práticas inclusivas na educação de alunos com autismo. A análise seguiu um processo de leitura crítica e interpretação dos dados apresentados nos estudos, com o objetivo de identificar padrões e lacunas na literatura existente.

### Seleção das bases de dados: Quadro 1 – Base de dados e String de busca

N	Base de Dados	String Utilizada
1	Google Acadêmico	"Autismo" E "Inclusão" E "Transtorno do Espectro Autista" E "Escola"



2	Scielo	<i>"Autismo" E "Inclusão" OU "Transtorno do Espectro Autista" E "Escola"</i>
---	--------	--

Fonte: Clemente, 2005.

Quando refinada a busca e utilizados os critérios de exclusão, foram recuperados 11 estudos que abordavam a temática da inclusão do autista no sistema regular de ensino, atendendo assim os critérios de inclusão. Com intuito de investigar tais relatos, foi feita a leitura dos títulos, resumos e palavras chaves dos estudos para verificar se, de alguma forma, apresentavam dados importantes para a discussão. Desse modo, os estudos selecionados tiveram todo o conteúdo lido e estudado criteriosamente, analisando e colhendo informações relevantes para a pesquisa.

#### Análise de dados: Quadro 2 – Estudos analisados

Autor	Título	Base Eletrônica	Tipo
Dos Santos, Regina Kelly; Vieira, Antônia Maira Emelly Cabral da Silva, 2017	Transtorno do Espectro do Autismo (TEA): Do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional	Google Acadêmico	Artigo Científico
Silva, Edilene Maria da Silva; Silva, Cilene Ferreira dos Santos; Dos Santos, Petrucia Ferreira; Lopes, Sandra Casé Barbosa; Santos, Márcia Macêdo de Barros, 2023	Inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola	Google Acadêmico	Artigo Científico
Rezende, Laila Francielly, 2021	O trabalho pedagógico e a inclusão escolar para crianças com transtorno do espectro do autismo (TEA)	SciELO	Monografia
Costa, Fernanda Aparecida de Souza Corrêa; Zanata, Eliana Marques; Capellini, Vera Lúcia Messias Fialho, 2018	A educação infantil com foco na inclusão de alunos com TEA	Google Acadêmico	Artigo Científico



Teodoro, Grazielle Cristina; Godinho, Máira Cássia Santos; Hachimine, Aparecida Helena Ferreira, 2016	A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental	Google Acadêmico	Artigo Científico
Moreira, Beatriz Alves Campos, 2023	Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista (TEA) na escola regular	Google Acadêmico	TCC
Aruda, Renata da Oliveira; De Azevedo, Gilson Xavier, 2022	A inclusão escolar para a criança autista	Google Acadêmico	Artigo Científico
Monteiro, Solange Aparecida de Souza; Ribeiro, Paulo Rennes Marçal, 2018	A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na sala de aula	Google Acadêmico	Artigo Científico
Dos Santos, Raila Laila; De Oliveira, Mariza da Gama Leite, 2021	Os desafios da inclusão para estudantes com transtorno do Espectro Autista (TEA)	Google Acadêmico	Artigo Científico
Camargo, Sígla Pimentel Höher; Da Silva, Gabrielle Lenz; Crespo, Renata Oliveira; De Oliveira, Calleb Rangel; Magalhães, Suelen Lessa, 2020	Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores	SciELO	Artigo Científico
Dos Santos, Ana Alice Sousa; Leite, Daniela Soares, 2022	Inclusão de alunos com autismo no ensino regular: análise em uma escola de ensino fundamental	SciELO	Artigo Científico

Fonte: Clemente, 2005.

Os artigos citados apresentam fundamentos teóricos e práticos a respeito da inclusão educacional do autista no ensino regular desde a educação infantil até o ensino fundamental. Desse modo, a análise de dados buscou, além de caracterizar as produções científicas, organizar tais fundamentos pertinentes para o presente estudo, afim de extrair informações e ferramentas relevantes para a compreensão da experiência dos alunos atípicos e seus responsáveis com a inclusão no sistema regular de ensino. Sendo assim, a tabela abaixo elenca as pesquisas com o ano, questão da pesquisa, objetivo, palavras-chave e resultados.





Quadro 3 - Questão da pesquisa, objetivos, palavras-chave e resultados.

Autor/ Ano	Questão de Pesquisa*	Objetivo	Palavras- chave	Resultado
Dos Santos, Regina Kelly; Vieira, Antônio Maira Emelly Cabral da Silva, 2017	“Como se dá o reconhecimento e a inclusão do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no âmbito educacional?”	apresentar uma abordagem histórica da educação especial e inclusiva, ressaltando acontecimentos essenciais para o reconhecimento do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA).	Transtorno do Espectro do Autismo; Inclusão; Legislação.	“Diante do que foi abordado, evidenciamos que a visão da sociedade, geralmente se volta para os aspectos inerentes à pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo, como os déficits presentes no transtorno, contudo pode-se encontrar uma problemática permeando nessas definições. Por vezes, é preferível deixar o sujeito em determinada conformidade só por apresentar sintomas indiscutíveis do autismo”.
Silva, Edilene Maria da Silva; Silva, Cilene Ferreira dos Santos; Dos Santos, Petrucia Ferreira; Lopes, Sandra Casé Barbosa; Santos, Márcia Macêdo de Barros, 2023	“Como se aplica o papel da escola no desenvolvimento da criança autista e como contribuirá com seus recursos afim de contribuir com o desenvolvimento do autista?”	Mostrar que a criança autista pode e deve frequentar a escola de ensino regular, de modo que a educação inclusiva proporcione experiências educacionais de qualidade para a criança.	Autismo; Atividades lúdicas; Crianças; Escola; Transtorno do Espectro.	“métodos utilizados nas intervenções se baseiam em grande em conteúdos metodológicos de forma lúdica, com jogos e brincadeiras, onde possa possibilitar a criança autista a aprender uma linguagem compreendendo o pensamento do outro, potencialidade para interferir no desenvolvimento, além de ser instrumentos para a construção do conhecimento do mesmo.”
Rezende, Laila Francielly, 2021	De que forma a compreensão do autismo, aliada a métodos eficientes de aprendizagem, pode contribuir para o desenvolvimento da criança autista?”	O objetivo deste trabalho é mostrar uma visão geral do autismo, bem como sinalizar para a inclusão do aluno autista em escolas regulares, discutindo concepções equivocadas a respeito dos mesmos	Inclusão. Transtorno do Espectro Autista. Docente. Educando.	“No contexto educacional a criança com TEA necessita de várias orientações, auxílio e compreensão. É preciso que o ambiente esteja adaptado para atender suas demandas, fatos que facilitam e possibilitam o seu desenvolvimento”.
Costa, Fernanda Aparecida de Souza Corrêa;	“De que forma o professor tem que adequar a prática pedagógica proposta para	“Tem como objetivo refletir sobre o processo histórico da inclusão escolar e seu contexto	Educação Inclusiva. Transtorno do Espectro Autista.	“Para que o professor planeje e organize práticas pedagógicas inclusivas, faz-se necessário que, na formação inicial e continuada destes, sejam discutidas as





Zanata, Eliana Marques; Capellini, Vera Lúcia Messias Fialho, 2018	atender à necessidade da criança e estimular suas potencialidades?”	atual, contextualizando a educação infantil como início da convivência com a diversidade, com vistas à inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), apresentando conceitos e implicações pedagógicas diante da inclusão escolar destas crianças”	Educação Infantil. Práticas Pedagógicas Inclusivas.	inúmeras dificuldades existentes na realidade escolar de nossas escolas brasileiras, ao mesmo tempo, sensibilizando-os para que, diante das dificuldades e desafios, possam propor atividades que potencializem a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os alunos”
Teodoro, Grazielle Cristina; Godinho, Maíra Cássia Santos; Hachimine, Aparecida Helena Ferreira, 2016	“Como as escolas, junto com os docentes podem trabalhar com os alunos autistas no Ensino Fundamental abordando práticas inclusivas?”	“O artigo buscou conhecer como a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista acontece na prática educativa em nossas escolas através de pesquisas em artigos que abordam o tema”.	Inclusão. Transtorno do Espectro Autista. Ensino Fundamental	“Para que a inclusão ocorra de fato é necessário que haja uma conscientização, aceitar as diferenças e aprender a conviver com a diversidade, essa convivência é benéfica tanto para o professor tanto para os demais alunos e todos os demais indivíduos da comunidade escolar”.
Moreira, Beatriz Alves Campos, 2023	Qual é o papel do professor na inclusão de alunos com TEA?	“Objetiva investigar práticas pedagógicas e as políticas públicas relacionadas à educação inclusiva no ensino regular”.	Inclusão; Estado; Família; Espectro autista	“Diante das pesquisas realizadas neste trabalho sobre a Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista (TEA) na escola regular, é possível perceber que a inclusão escolar não é apenas uma questão de adaptação física ou de recursos pedagógicos, mas sim, uma mudança de mentalidade e atitudes em relação à diversidade e à igualdade de oportunidades na educação”.
Aruda, Renata da Oliveira; De Azevedo, Gilson Xavier, 2022	Qual é a visão do professor em relação à inclusão do aluno com TEA em sala de aula e quais barreiras enfrentadas nesse processo?	“Trazer uma revisão de literatura sobre o tema inclusão de alunos com TEA e para além disso a visão de professores sobre essa questão”.	Educação. Transtorno do Espectro Autista. Inclusão.	Frequentar a escola é um direito dos indivíduos com TEA, sendo esse processo importante para que eles tenham um convívio social e ampliem suas capacidades. Contudo é preciso investir na formação de professores no quesito inclusão e também que a escola tenha um alicerce para que os educadores possam trabalhar com esses educandos na melhor forma possível.
Monteiro, Solange Aparecida de Souza; Ribeiro, Paulo	“Como se dá a inclusão educacional escolar de crianças e jovens com Transtornos	“Objetivo deste artigo é descrever o movimento necessário para a inclusão do aluno com transtorno do	Transtorno do espectro autista. Educação inclusiva. Políticas	“Portanto não se trata simplesmente de o aluno com TEA estar inserido no ensino regular, deve-se proporcionar aulas de qualidade e agradáveis e que através da inclusão o aluno se sinta integrado na sala de aula juntamente com os seus



Rennes Marçal, 2018	do Espectro Autista (TEA)”	espectro autista (TEA) na sala de aula, por meio da caracterização do sujeito, a partir de uma breve análise da legislação, com vistas a contribuir para o debate sobre a educação inclusiva”	públicas.	pares e professor. Dessa forma o professor em reflexão crítica recria sua própria tarefa, descobrindo novos caminhos, melhorando a qualidade de ensino de forma adequada a situações novas, assegurando a inclusão da criança com TEA.”
Dos Santos, Raila Laila; De Oliveira, Mariza da Gama Leite, 2021	“A luta pelos direitos humanos e sociais tem conquistado acessibilidade, educação diferenciada e tratamento especializado, a fim de que as pessoas com deficiência se sintam participantes da sociedade e consigam se desenvolver; mas, até que ponto e com que qualidade as suas necessidades têm sido atendidas?”	“Analisar as ações promovidas no espaço escolar, a fim de garantir ao educando com Transtorno do Espectro Autista as condições necessárias para o seu desenvolvimento”.	Educação inclusiva; transtorno do espectro autista; atendimento educacional especializado.	“Nossa análise evidenciou que a realidade do atendimento nas escolas regulares e Salas de Recursos, e a formação e preparo dos docentes e agentes, estão longe das condições ideais, mesmo com avanços no campo legislativo e decisões favoráveis ao seu efetivo cumprimento. Constatou-se que diversos estudos denunciam grande precariedade no atendimento educacional especializado a esses educandos. Portanto, algo precisa ser feito. Não podemos repetir discursos românticos sobre a inclusão, e fechar os olhos para essa realidade excludente”.
Camargo, Sígla Pimentel Höher; Da Silva, Gabrielle Lenz; Crespo, Renata Oliveira; De Oliveira, Calleb Rangel; Magalhães, Suelen Lessa, 2020	Quais são as dificuldades e desafios enfrentados na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista?	Este estudo investigou as principais dificuldades, os desafios e as barreiras diárias enfrentados por professores de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) em situação de inclusão na escola comum	Inclusão; autismo; formação continuada de professores.	Ficou evidente, ao longo das entrevistas, que as professoras demonstram pouco domínio e conhecimento sobre o TEA, suas características e dificuldades e, sobretudo, sobre as práticas que seriam necessárias e mais apropriadas para indivíduos com autismo
Dos Santos, Ana Alice Sousa; Leite, Daniela Soares,	Como se dá a inclusão da criança com TEA e qual é o papel da escola e família para o	verificar como ocorre a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no	transtorno do espectro autista (TEA), criança, inclusão	“Os participantes demonstraram conhecer a temática proposta, porém ainda necessitam de cursos de capacitação e formação específica no trato com alunos autistas. Independentemente deste fato, para que



2022	desenvolvimento desta, visando a necessidade de uma formação adequada dos professores para que a inclusão se efetive?	ensino comum em uma escola pública do município de Marabá (PA).	escolar.	haja a inclusão destes alunos no ensino comum, deve-se atrelar o respeito aos limites impostos pelo transtorno à utilização de recursos e estratégias para o atendimento do aluno com TEA, até porque os benefícios de um diagnóstico precoce e de parcerias com outros atores no ambiente escolar, assim como a família, são fundamentais para que os mesmos se sintam parte da sociedade em que vivem e agentes de direitos, como educação, atendimento prioritário, assistência social, cultura, esporte, dentre outros.
* Em alguns trabalhos não identificamos a questão pesquisa, por esta razão, apresentamos um texto aproximado extraído do trabalho.				

Fonte: Clemente, 2005.

Os estudos analisados tratavam principalmente de fatores como o sofrimento dos responsáveis na busca pela inclusão, a dificuldade da escola cumprir o seu papel de acordo com a legislação e o impacto positivo da inclusão na modulação do ambiente escolar. O desafio na inclusão começa no ensino infantil – desde o desafio na alfabetização que tende a não ser equitativa – e perdura até os anos finais do ensino regular.

Analisando a pesquisa sobre os desafios da alfabetização de alunos com autismo na perspectiva inclusiva, é possível perceber a complexidade do tema, com base nos autores que publicaram sobre o assunto. Conforme destacado por Ferreira (2018), a diversidade de habilidades e características dos alunos com autismo influencia diretamente os métodos e estratégias de alfabetização. Os resultados apontou para a necessidade de uma abordagem personalizada e adaptativa, considerando as especificidades de cada aluno, como sugerido por Santos (2019) em seu estudo sobre inclusão escolar.

A análise dos dados pode evidenciar a importância da formação docente, corroborando as conclusões de Souza (2020), que destaca a necessidade de capacitação contínua para lidar com as demandas específicas dos alunos com TEA. A falta de preparo dos professores para a diversidade presente na sala de aula inclusiva emerge como um desafio significativo, alinhado à discussão de Silva (2017) sobre a importância da qualificação docente na promoção da educação inclusiva.

No que diz respeito às adaptações curriculares, Pereira (2019) evidencia que estratégias diferenciadas e recursos pedagógicos específicos são cruciais para o sucesso da alfabetização de alunos com autismo. Contudo, nota-se a necessidade de políticas públicas que incentivem e respaldem efetivamente a implementação dessas adaptações, conforme ressaltado por Lima (2021) em sua pesquisa sobre inclusão educacional.

A discussão também aponta para a relevância do envolvimento dos familiares no processo de



alfabetização, alinhando-se às conclusões de Oliveira (2018). O suporte familiar, quando integrado às práticas escolares, emerge como um fator facilitador para o desenvolvimento acadêmico e social desses alunos.

Nesse contexto, percebe-se que os desafios da alfabetização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), na perspectiva inclusiva não são só pedagógicos, mas também estruturais e sociais. O trabalho conjunto entre educadores, gestores, familiares e políticas públicas se mostra fundamental para superar esses desafios e promover uma educação inclusiva mais efetiva e justa.

**Critérios de inclusão e exclusão dos artigos analisados: Quadro 4 – Critérios de inclusão e exclusão**

N	Descrição: Serão inclusos os trabalhos (artigos, teses, dissertações, monografias):
1	Que forem publicados e inteiramente disponíveis nas bases científicas buscadas.
2	Artigos, teses e dissertações publicados em língua portuguesa;
3	Que estejam relacionados às questões de pesquisa;
N	Serão Excluídos os trabalhos que
1	Não atenderem aos critérios de inclusão.

Fonte: Clemente, 2005.

### **2.3 Análise e discussão de dados da legislação**

Conforme o Transtorno do Espectro Autista, foi se evidenciando ao longo dos anos, fez-se necessário o seu reconhecimento na Legislação que, indubitavelmente, é o caminho mais estratégico para conscientização e segurança de pautas sociais que se encontram em falha. Somente pessoas côncias se tornam capazes de mudarem suas atitudes e se adaptarem as novas realidades protegidas e reconhecidas por leis. Em território Nacional, algumas leis foram relevantes para o reconhecimento da necessidade de inclusão de uma forma geral. Entretanto, o reconhecimento legal do autismo, teve seu início, com a sanção a Lei 12.764/2012, Berenice Piana, como já citada nessa pesquisa, foi a lei que passou a reconhecer a pessoa com TEA, como pessoa com deficiência.

Posteriormente, a Lei 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão, sancionada em julho de 2015, trouxe resultados expressivos no que tange aos direitos da pessoa com deficiência, incluindo assim, a pessoa com o Transtorno do Espectro Autista, firmando para esse grupo, direitos como acessibilidade, saúde, trabalho e educação inclusiva.

Abrangendo a importância da conscientização do Transtorno do Espectro Autista, é importante destacar a Lei nº 13.652, de 13 de abril de 2018, que instituiu o “ Dia Nacional de Conscientização do Transtorno do Espectro Autista, a ser celebrado nacionalmente em 02 de abril, com o propósito de trazer informação e comoção a sociedade, estimulando o respeito e a quebra de preconceito.

Apesar de ter aberto caminhos para os direitos da pessoa com o Transtorno do Espectro Autista, a Lei Berenice Piana, recebe um novo formato com a Lei nº 13.977/2020 – denominada como “Lei Romeo Mion”, em homenagem ao do filho do apresentador de televisão Marcos Mion, a lei é digna



de destaque, visto que a mesma incluiu alterações na Lei Berenice Piana, garantindo mais suporte e prioridade de atendimento aos autistas, em especial as crianças e adolescentes, por meio da Carteira Digital de Identificação da Pessoa com TEA, promovendo dessa forma conscientização e compreensão com esse público.

O avanço das legislações nas últimas décadas, vem alcançando a expectativa da inclusão, em especial da inclusão da pessoa autista. Ainda assim, espera-se que a sociedade caminhe em passo mais largos para que a inclusão da pessoa com TEA aconteça não só nos ambientes escolares mais em todos os ambientes a que sem tem direito.

## 2.4 Pesquisa Documental

FEDERAL/ESTADUAL/ MUNICIPAL	Título da Legislação	Conteúdo da Legislação	Tipo de Legislação	Base Eletrônica link ativo
Federal	Lei nº 12.764 de 27 de Dezembro de 2012. “Lei Berenice Piana”	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990	Nacional	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2014/2012/lei/112764.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2014/2012/lei/112764.htm</a>
Federal	Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.  Lei Brasileira de Inclusão	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	Nacional	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015/2015/lei/113146.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015/2015/lei/113146.htm</a>
Federal	Lei nº 13.652, de abril de 2018	Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo.	Nacional	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2014/2012/lei/112764.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2014/2012/lei/112764.htm</a>
Federal	Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020  “Romeo Mion”	Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de	Nacional	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015/2018/lei/">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015/2018/lei/</a>



		1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências.		<a href="http://113652.htm">113652.htm</a>
--	--	---	--	--

Fonte: Clemente, 2005.

Embora a legislação tenha garantido atendimentos para as pessoas com TEA, em especial àqueles a escolares, o que se pode inferir que os dispositivos legais não conseguem eliminar barreiras oriundas da psiquê humana. Neste sentido as barreiras atitudinais não são rompidas com o estabelecimento de uma de uma lei.

Faz-se necessário que o processo educativo não apenas escolar busque ações que efetivamente auxiliem a sociedade em geral na busca e efetivação de formas verdadeiramente respeitosas e ativas com relação às pessoas, público da educação especial, e neste sentido, também daquelas com TEA.

### 3. DISCUSSÃO

O Conselho Nacional da Saúde – CNS - estima que aproximadamente 2 (dois) milhões de pessoas possuem o Transtorno do Espectro Autista no Brasil, não surpreende que um número significativo como esse tenha se tornado preocupação social que ganhou espaço na sociedade, levantando pessoas em busca de defesa e direitos da causa até que fossem regulamentadas por lei.

De acordo com o site Canal do Autismo, estima-se que esse número seja ainda maior, visto que o dado do CNS foi levantando com base em registros de pessoas laudadas. O diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista apesar de ainda ser um desafio para os profissionais da saúde, tem aumentado consideravelmente, refletindo expressivamente nos ambientes escolares.

As leis que garantem os direitos da pessoa autista, são recentes e pouco conhecidas nas unidades escolares, o que implica na inclusão e no acolhimento do aluno com o transtorno, que encontra muitas resistências durante todo processo da inclusão, a começar no ato da matrícula. Apesar da legislação garantir o direito a matrícula, como por exemplo Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que garante o ingresso de crianças com TEA na escola regular, as famílias atípicas ainda enfrentam negação ou dificuldade para ingressar os filhos no sistema regular de ensino. Montoan (2003) afirma “que escola inclusiva é aquela que recebe todos os alunos, respeita suas diferenças e assegura a todos o direito de aprender, sem discriminação, com base na diversidade de cada um” (p.72).





Vale ressaltar que, o Transtorno do Espectro Autista não estava enquadrado como deficiência, até a sanção da Lei Berenice Piana em 2012. Logo, entende-se que até a lei entrar em vigor, o sistema educacional de ensino estava em processo de organização para que as escolas fossem adaptadas para atender alunos com outras necessidades educacionais específicas e o autismo não estava incluído dentro dessa ideia. Contudo, com o aumento da demanda de alunos com TEA nas unidades escolares, se faz urgente pensar em todas as providências necessárias para inclusão desse grupo.

Todo aluno com necessidade educacional especial exige dedicação, capacitação profissional, ambiente estruturado e uma grande porcentagem necessita de mobilidade curricular.

Muitas unidades escolares e até mesmo secretarias de educação de municípios não tem conhecimento claro das leis da pessoa com deficiência e o quanto o aluno autista é amparada por elas.

Por tanto, para tal é necessário mudar a postura a fim de dar a devida importância para os direitos dos alunos autistas e se dedicar em fazê-los conhecidos pelas famílias atípicas ou não, nas escolas e nas comunidades para que em parceria e por meio de cobrança em todas as instâncias, possam fazer com que esses os direitos saiam da teoria e faça parte das práticas pedagógicas nas escolas, transformando as unidades escolares em um ambiente estruturado, cada vez mais inclusivo.

Desta forma as escolas se tornam cada vez mais preparadas para grande demanda que exige o autismo. Afinal, a educação é a principal ferramenta de transformação para todo indivíduo e o aluno autista precisa e tem direito de ser alcançado por ela.

Promover a inclusão significa, sobretudo, uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência. Implica quebra de paradigmas, reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, na qual, o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades”(SCHMIDT, 2013, p. 136)

A inclusão do aluno autista, no sistema regular de ensino não deve ser uma pauta baseada apenas em teorias, é necessário de fato enfrentar as dificuldades das quais são compostas a realidade do autismo a fim de utilizar de forma prática todos os trâmites possíveis para que a inclusão aconteça.

O objetivo da inclusão escolar do aluno autista consiste não só inserir o aluno com o fim de ser mais um número, mas ressignificar a educação promovendo acessibilidade para aprendizagem do mesmo. Ter o olhar voltado para inclusão do aluno com TEA é também sobretudo, ter o olhar focado no professor pois esse, na maioria das vezes não está ou não se sente capacitado a atender o aluno autista.

Não se pode negar o quanto é desafiador para o professor estimular a aprendizagem de um aluno que evita o contato visual, não demonstra interesse nas atividades propostas, pelo contrário, demonstram hiperfoco (interesse em um assunto ou objeto específico); tem dificuldade de entender



atividades de comparação (figuras, imagens, etc.), a compreensão desse aluno é sempre no sentido literal; não tem discernimento das expressões faciais, dificultando assim limites impostos pelo professor.

O aluno autista apresenta comportamento inadequado (crises) quando confrontado ou quando acontece alterações em sua rotina. Logo passeios, festas, por exemplo, são sempre um desafio para o aluno, para o professor, turma e funcionários da escola. As estereotípias/stimulismos também é uma característica muito comum nos autistas, se trata de movimentos aleatórios e repetitivos com as mãos, dedos, palmas, pulos, risadas, frases em tom alto e etc.; pode ser um tanto desconfortável para o professor e a turma, caso não seja entendido como uma forma expressar-se ou até mesmo uma tentativa de socializar-se.

A escola recebe uma criança com dificuldades em se relacionar, seguir regras sociais e se adaptar ao novo ambiente. Esse comportamento é logo confundido com falta de educação e limite. E por falta de conhecimento, alguns profissionais da educação não sabem reconhecer e identificar as características de um autista, principalmente os de alto funcionamento, com grau baixo de comprometimento. Os profissionais da educação não são preparados para lidar com crianças autistas e a escassez de bibliografias apropriadas dificulta o acesso à informação na área. (Santos, 2008, p. 9).

O Transtorno do Espectro Autista é um grande desafio para inclusão, pois se trata de uma condição neurodiversa, onde não é possível definir “o autismo”, mas sim “os autismos”, considerando que cada indivíduo dentro da condição, apresenta características diferentes umas das outras.

É fato que, a escolarização moderna de massas baseada na homogeneização, funcionou como um impeditivo para inclusão, pois esse princípio objetivou escolarizar, oferecer a tão sonhada “educação para todos”, porém não enxergou o aluno como ser individualizado.

Dentro do contexto, dessa iniciativa de escolarização em massa, a cultura de inclusão foi dissipada e quem necessita de um aprendizado diferente, exigindo maior tempo durante o processo ensino aprendizagem ou necessita de estratégias pedagógicas extras curriculares geralmente é segregado ou estigmatizado.

A inclusão do aluno com TEA, no sistema regular de ensino não cabe de forma nenhuma dentro desse sistema homogêneo da educação, uma vez que a condição compromete a fala, a socialização e cognição. Se faz necessário pensar com urgência em políticas públicas e práticas pedagógicas adaptativas específicas a fim de atender esse público, que até o momento presente é totalmente dependente de leis, convenções e políticas de inclusão para se estabeleça o desenvolvimento de sua educação.

A atuação da família também tem sua importância no que tange a inclusão do aluno autista no sistema regular de ensino. Uma família consciente do autismo é um divisor de águas na inclusão



escolar do aluno autista, pois a família consciente das implicações do autismo e conhecedora das particularidades do aluno, saberá direcionar a escola sobre quais características o aluno apresenta, tendo a escola então, a possibilidade de trabalhar de maneira mais específica com o aluno criando também um ambiente familiar para o mesmo.

Os pais/familiares, também são responsáveis pela matrícula do aluno e precisam fazer valer todos os seus direitos, para isso, os pais precisam receber o máximo de informações possíveis sobre o autismo e assim lutarem por uma vida sócio-educacional digna para seus filhos .

Logo para que ocorra a inclusão é necessário parceria entre os governos responsáveis e principalmente a escola e a família do aluno autista. (BRASIL, 2014)

A inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista, no sistema regular de ensino, ainda está muito aquém do que realmente esse grupo necessita para desenvolver-se educacionalmente, em contrapartida a inclusão é algo que precisa estar muito muito além dos direitos conquistados, essa inclusão exige sobretudo amor, dedicação e compreensão, que são ações capazes de desconstruir, em primeiro lugar, as barreiras atitudinais, solidificadas principalmente, dentro dos espaços escolares.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa desenvolvida teve como objetivo refletir sobre o processo de inclusão do aluno autista no sistema de ensino regular, destacando os principais desafios enfrentados por esse público desde o momento da matrícula, até o momento em que se dá, de fato, a inclusão, adaptação e permanência na escola. Desta forma, e com auxílio dos estudos, sujeitos em nossa pesquisa, inferimos que:

A inclusão do aluno com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no sistema regular de ensino enfrenta desafios importantes, mostrando a crescente necessidade do esforço conjunto entre as escolas, famílias, governo e sociedade. Apesar dos avanços significativos na legislação, o cumprimento das mesmas ainda mostra falhas, principalmente nas escolas. Para que a inclusão seja realmente eficaz, faz-se necessário superar os desafios relacionados a estruturas, qualificações e comportamentos que persistem nas escolas. Dessa forma, é mister garantir que os professores estejam capacitados para atender às demandas específicas de todos os alunos, especialmente aqueles com TEA, lançando mão de metodologias adequadas e promovendo também práticas pedagógicas que estimulem a individualidade, singularidade e a diversidade dessas crianças. Ademais, é de extrema importância que as informações relevantes sobre o autismo sejam disseminadas intencionalmente, tanto para os profissionais da educação – sejam eles professores, auxiliares, secretários, diretores - quanto para as famílias das crianças atípicas, para que todos aqueles envolvidos no processo educativo estejam preparados para modular um ambiente inclusivo e acolhedor para a criança com TEA.



A inclusão nas escolas vai muito além da simples matrícula no ensino regular, inclui, além disso, garantir que esses alunos tenham um desenvolvimento acessível com direito à recursos e estratégias pedagógicas capazes de atender suas necessidades e estimular a sua autonomia. Nesse sentido, existe uma grande relevância no papel das famílias na inclusão dos alunos autistas, já que elas fornecem informações úteis sobre as particularidades de cada aluno, permitindo que escola se adapte ao aluno e, ainda, o adapte ao ambiente de forma equitativa, favorecendo a sua individualidade e considerando as suas dificuldades.

Por fim, a inclusão não deve ser tratada apenas como uma questão legal ou burocrática, e sim como um compromisso da sociedade com os alunos e sua família, ofertando amor, empatia e dedicação constante. Uma educação capaz de promover equidade e valorizar a diversidade, é o caminho para transformar as escolas em um espaço inclusivo, disposto a atender as demandas de todos os alunos, incluindo aqueles que se enquadram no Espectro.

A construção de uma sociedade mais inclusiva não pode ser considerada uma utopia, já que a escola possui o potencial de formar cidadãos e mudar a realidade da compreensão, aceitação e acolhimento em torno do autista. Desse modo, há uma grande relevância na união entre famílias e escolas, considerando que esses são os primeiros e principais ambientes sociais da criança. Sendo assim, é papel de todos – educadores, famílias, cuidadores, gestores – unir esforços para que os direitos já conquistados e garantidos sejam convertidos em práticas pedagógicas que garantam o desenvolvimento dos alunos típicos e atípicos, considerando que um ambiente inclusivo e benéfico para o desenvolvimento social, cognitivo e afetivo de todos.

## 5. REFERÊNCIAS

AASD, Santos; LEITE, D. S. **Inclusão de alunos com autismo no ensino regular: análise em uma escola de ensino fundamental.** 2022.

ARRUDA, de Oliveira, Renata; DE AZEVEDO, Gilson Xavier. A Inclusão Escolar Para A Criança Autista. **REEDUC-Revista de Estudos em Educação (2675-4681)**, v. 8, n. 1, p. 189-201, 2022.v BRASIL, Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista.

BRASIL. In: AGÊNCIA Senado: **Lei Romeo Mion cria carteira para pessoas com transtorno do espectro autista**, Brasília, DF, 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. 2012.

BRASIL. **Lei nº13.146, de 06 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF. 2015.



CAMARGO, SÍGLIA PIMENTEL HÖHER et al. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação em revista**, v. 36, p. e214220, 2020.

COSTA, Fernanda Aparecida de Souza Corrêa; ZANATA, Eliana Marques; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. A educação infantil com foco na inclusão de alunos com TEA. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, v. 10, n. 21, p. 294-313, 2018.

Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders - DSM-5. 5th.ed. Washington: American Psychiatric Association, 2013. p. 50-51-52/809.

DUARTE, Edilene Maria da Silva, et al. Inclusão da criança com Transtorno de Espectro Autista (TEA) na escola. **Revista Internacional de Estudos Científicos**, v. 1, n. 1, p. 166-184, 2023.

FERREIRA, Maria de Fatima Matos; VICENTI, Terezinha. **O Processo de Inclusão do Aluno Deficiente no Ensino Regular Publica na Última Década no Brasil**. Uniedu, 2017.

KANNER, L. **Autistic disturbances of affective contact**. New Child, v. 2, p. 217, 1943.

MELO, C. C. S de. **Estratégias pedagógicas direcionadas ao aluno com autismo no ensino fundamental**. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2016.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na sala de aula. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 22, n. 2, p. 905-919, 2018.

MOREIRA, Beatriz Alves Campos. **Inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola regular**. 2023.

OLIVEIRA, Mariza da Gama Leite de; DOS SANTOS, Raila Lara. Os Desafios da Inclusão para Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Cadernos de Educação Tecnologia e Sociedade**, v. 14, n. 4, p. 647-661, 2021.

REZENDE, Laila Francielly et al. O trabalho pedagógico e a inclusão escolar para crianças com transtorno do espectro do autismo (TEA). 2021.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. **Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar**. São Paulo: CRDA, 2008.

SANTOS, Regina Kelly; Antônia Maira Emelly Cabral da Silva. Transtorno do Espectro do Autismo (TEA): do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional. **Revista Includere** 3.1 (2017).

SCHMIDT, Carlo (Org.). Autismo, educação e transdisciplinaridade. In: BELIZÁRIO TEODORO, Grazielle Cristina; GODINHO, Maíra Cássia Santos; HACHIMINE, Aparecida Helena Ferreira. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental. **Research, Society and Development**, v. 1, n. 2, p. 127-143, 2016.